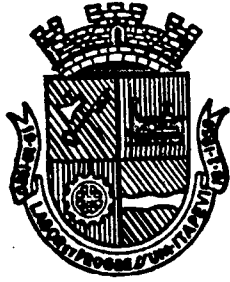


autoproj 44/96

CÂMARA MUNICIPAL

LEI
1336



DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO N.º 042/96

PROJETO N.º 044/96

DE LEI

INTERESSADO PREFEITURA MUNICIPIO DE ITAPEVI

ASSUNTO AUTORIZA O EXECUTIVO A PROCEDER A CONCESSÃO
GRATUITA DE USO DE LOTES, NOS CASOS QUE ES-
PECIFICA

DIGITALIZADO
POR



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

Mensagem nº 32/96

Itapevi, em 19 de agosto de 1996

Senhor Presidente

Pelo presente tenho a honra de encaminhar, através de Vossa Excelência, para apreciação dessa Nobre Câmara de Vereadores, o anexo Projeto de Lei que autoriza o Executivo a dar em concessão de uso gratuita às pessoas que se viram desabrigadas em consequência de chuvas que ocorreram no Município e que levaram a decretação de estado de calamidade pública.

A área ora dada em concessão foi declarada de utilidade pública para fins de desapropriação para a finalidade específica de dá-la em concessão de uso, através do Decreto nº 2.838/95, alterado pelo Decreto nº 2.983/96, cujo processo judicial tramita perante a Vara Distrital de Itapevi, sob nº 177/95.

Para fazer jus a concessão será feita uma triagem pela Secretaria Municipal de Promoção Social, que emitirá parecer circunstanciado sobre cada pretendente.

Os lotes não poderão ser transferidos a terceiros e seu uso será destinado exclusivamente para fins de moradia.

Uma vez concedidos os lotes, as obras de construção da moradia deverá iniciar-se no prazo máximo de 90 dias e sua conclusão deve-se verificar no prazo de 12 meses, sob pena de rescisão do ajuste e retorno do lote e benfeitorias ao patrimônio do Município.

Cumprе ressaltar, por derradeiro, que tanto a Prefeitura como a Câmara Municipal poderão, a qualquer tempo, verificar o cumprimento, pelos concessionários, das obrigações inscritas na Lei e no contrato de concessão de uso.

Por ser matéria de relevante interesse social, solicito que sua apreciação de faça em regime de urgência, nos termos da Lei Orgânica do Município.

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor
JADIR FRANCISCO DE SOUZA
MD. Presidente da Câmara Municipal de
ITAPEVI - SP

RECEBEMOS
19 / 08 / 96
J. J. J.
SECRETARIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

DECRETO Nº 2.838, DE 01 DE MARÇO DE 1995

(Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os lotes 01 a 36 da Quadra 18, 01 a 34 da Quadra 19, 01 a 34 da Quadra 20, 01 a 32 da Quadra 21, 01 a 34 da Quadra 22 e 01 a 19 da Quadra 23, todos do Setor "A" do Conjunto Habitacional Itapevi, objetivando edificação de moradias populares destinadas às famílias desabrigadas em decorrência de calamidade pública)

JOAO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e considerando:

Que as fortes chuvas recentemente ocorridas no Município deixaram ao desabrigo dezenas de famílias;

Que as pessoas desabrigadas residiam em áreas de alto risco - encostas, beira de rios e terrenos alagadiços - em razão de total ausência de recursos financeiros para adquirir ou locar imóveis;

Que as famílias em desabrigo, desprovidas, em maioria, também dos poucos bens móveis e de uso pessoal que tinham como propriedade, foram alojadas no Ginásio de Esportes do Município ou em casa de parentes/amigos, sendo inviável o retorno às áreas antes ocupadas, por iminente perigo de vida;

Que a persistir a situação verificada, veremos, indubitavelmente, infringido princípio constitucional: a dignidade da pessoa humana;

Que a construção de uma sociedade livre, justa e solidária é dever primordial do Poder Público, do qual não se omitirá o Governo Municipal, DECRETA:

Art. 1º Ficam declarados de utilidade pública, para fins de desapropriação, objetivando, nos termos do disposto no inciso "c" do artigo 5º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, edificação de moradias populares destinadas às famílias desabrigadas em decorrência de calamidade pública, os lotes 01 a 36 da Quadra 18, 01 a 34 da Quadra 19, 01 a 34 da Quadra 20, 01 a 32 da Quadra 21, 01 a 34 da Quadra 22 e 01 a 19 da Quadra 23, cada qual com 130,00 metros quadrados, todos do Setor "A" do Conjunto Habitacional de Itapevi, de propriedade da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB-SP.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

Parágrafo Único Os lotes mencionados estão detalhadamente caracterizados em Levantamento Planimétrico e respectivos Memoriais Descritivos, anexos que integram este Decreto.

Art. 2º Fica autorizada, no cumprimento do disposto no artigo 1º, a invocação de caráter de urgência, de acordo com o disposto no artigo 15 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, alterado pela Lei Federal nº 2.786, de 21 de maio de 1956.

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapevi, 01 de março de 1995

JOAO CARLOS CAMEZ
Prefeito

Publicado, por afixação, no lugar de costume e registrado em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 01 de março de 1995.

JORGE LUIZ PEREIRA DE ANDRADE
Chefe de Gabinete



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 41/96

"Autoriza o Executivo a proceder a concessão gratuita de uso de lotes, nos casos que especifica"

JOÃO CARLOS CAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi.

Faz saber que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a dar em concessão gratuita de uso, independentemente de concorrência, para construção de moradias populares, área localizada no Setor "A", do Conjunto Habitacional de Itapevi, declarada de utilidade pública para essa finalidade através do Decreto nº 2.838, de 1º de março de 1995, alterado pelo Decreto nº 2.983, de 19 de agosto de 1996 cujo processo expropriatório de nº 177/95, tramita perante a Vara Distrital de Itapevi, Comarca de Cotia, SP.

Artigo 2º - A área possui 188 lotes, com 130 m², cada um, os quais encontram-se devidamente assinalados e descritos em levantamento planialtimétrico e Memoriais Descritivos, Anexos ao Decreto nº 2.838, de 1º de março de 1995.

Artigo 3º - A concessão gratuita de uso dos lotes será feita às famílias em comprovado estado de necessidade.

Parágrafo único - A comprovação da necessidade da área é condição essencial da concessão gratuita de uso e fica condicionada à Parecer favorável da Secretaria de Promoção Social do Município de Itapevi em processo específico, do qual constará relatório circunstanciado da situação socioeconômica do interessado.

Artigo 4º - Será celebrado com cada concessionário, contrato administrativo de concessão gratuita de uso, cuja minuta faz parte integrante desta Lei, na forma de Anexo I.

Artigo 5º - Os concessionários obrigam-se a:

I - construir, na área concedida, a edificação de residência popular, para uso próprio e de seus familiares, de acordo com planta e memorial descritivo, anexo II à esta Lei, dentro de 12 meses, contados da data da assinatura do contrato de concessão;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

II - iniciar as obras de construção, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do instrumento de concessão;

III - zelar pela limpeza e conservação da área concedida, providenciando, às suas expensas, todas as obras e serviços de manutenção que se fizerem necessárias;

IV - cuidar da área concedida, não permitindo que terceiros venham dela se apossar, bem como a dar conhecimento imediato ao Concedente de turbção ou esbulho da posse que se verifique;

V - não ceder ou transferir a presente concessão;

VI - utilizar o imóvel, objeto da concessão, única e exclusivamente para fins residenciais;

VII - promover a edificação em alvenaria, sendo vedado qualquer outro tipo de construção.

Artigo 6º - A inobservância das condições que constam desta Lei e do instrumento de concessão, inclusive prazos, implicarão na perda imediata da concessão, ficando a mesma rescindida, independentemente de qualquer formalidade processual, em Juízo.

Parágrafo único - Havendo a rescisão de que trata o "caput" deste artigo, a área concedida e todas as construções e benfeitorias nela edificadas, mesmo que necessárias, voltarão ao patrimônio do Concessor, sem que assista ao concessionário, direito de retenção do imóvel e independentemente de pagamento ou indenização, seja a que título for.

Artigo 7º - Fica o Concedente e a Câmara Municipal com direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o cumprimento das obrigações contidas nesta Lei e no instrumento de concessão, não importando qualquer tolerância ou omissão de providências em renúncia de direito.

Artigo 8º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Artigo 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Itapevi, em 19 de agosto de 1996.

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE LOTE PARA FINS DE MORADIA

Pelo presente instrumento particular de Termo de Concessão de Direito Real de Uso de Lote para fins de Moradia, de um lado o **MUNICÍPIO DE ITAPEVI**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Joaquim Nunes, nº 65, Itapevi, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **JOÃO CARLOS CAMEZ**, doravante designado **CONCEDENTE**, e, de outro lado o Sr. _____ (nome e qualificação), doravante chamado(a) simplesmente **CONCESSIONÁRIO**, considerando que em virtude de chuvas torrenciais ocorridas no Município, inúmeras famílias que moravam em encostas, beira de rios, terrenos alagadiços ficaram desabrigadas, sendo seus moradores alojados temporariamente no Ginásio de Esportes Municipal, tendo tal fato levado o Município a declarar de utilidade pública, área localizada no Setor "A" do Conjunto Habitacional Itapevi, neste Município, através do Decreto nº 2838/95, alterado pelo Decreto nº 2.983/96; considerando, por fim, que em função disso, foi aprovada a Lei nº _____, autorizando o Executivo a dar a essas famílias, em concessão gratuita de uso, lotes para que neles construíssem residências, com fulcro no Decreto-lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do artigo 89 da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº _____, de _____ de 1996, as partes, tem entre si justo e contratado, conforme processo administrativo nº _____, o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O **Concedente**, dá em concessão de uso, ao **Concessionário**, a título gratuito, o lote com 130,00 m² (cento e trinta metros quadrados), designado como nº _____, localizado na Quadra _____, do Conjunto Habitacional Itapevi, neste Município de Itapevi, SP.

Parágrafo único - A concessão destina-se a fins construção de moradia, sendo expressamente vedada a mudança de sua destinação, sob pena de rescisão imediata deste ajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO USO

É vedada a transferência do uso e gozo da unidade habitacional a terceiros, seja a que título for.

Parágrafo único - A presente concessão transfere-se por sucessão hereditária, se os herdeiros não possuírem renda suficiente para arcar com os custos de habitação, verificado através da Secretaria de Promoção Social do **Concedente**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO

O **Concessionário** obriga-se a:

a) construir na área concedida, a edificação de residência popular, para uso próprio e de seus familiares, de acordo com Planta anexa, dentro de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura deste instrumento;

b) iniciar as obras de construção, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura deste instrumento;

c) zelar pela limpeza e conservação da área concedida, providenciando, às suas expensas, todas as obras e serviços de manutenção, segurança e habitabilidade que se fizerem necessárias;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

- d) dar conhecimento imediato ao **Concedente**, de qualquer turbação ou esbulho da posse que se verifique;
- e) arcar com todas as despesas de fornecimento de água, energia elétrica e esgotos;
- f) não ceder ou transferir a presente concessão;
- g) utilizar o imóvel, objeto da concessão, única e exclusivamente para fins residenciais;
- h) promover a edificação em alvenaria, sendo vedado qualquer outro tipo de construção

CLÁUSULA QUARTA - DOS TRIBUTOS

O **Concessionário** é responsável pelo pagamento dos tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel objeto deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

O descumprimento, por parte do **Concessionário**, de qualquer cláusula deste Termo, inclusive prazos, ou das condições impostas pela Lei Municipal nº _____, implicará na imediata rescisão da concessão, sem que lhe caiba direito de retenção ou indenização, seja a que título for.

Parágrafo único - Havendo rescisão de que trata esta Cláusula, o lote concedido e todas as construções e benfeitorias nele edificadas, mesmo que necessárias, voltarão ao Patrimônio do Concedente, sem que assista ao Concessionário, direito de retenção do imóvel e independentemente de pagamento ou indenização, seja a que título for.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

A **Câmara Municipal e a Concedente**, através da Secretaria de Promoção Social, podem, a qualquer tempo, vistoriar as condições de uso da unidade habitacional.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Cotia, Estado de São Paulo, através de sua Vara Distrital de Itapevi, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente Termo de Concessão de Direito Real de Uso, em duas vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

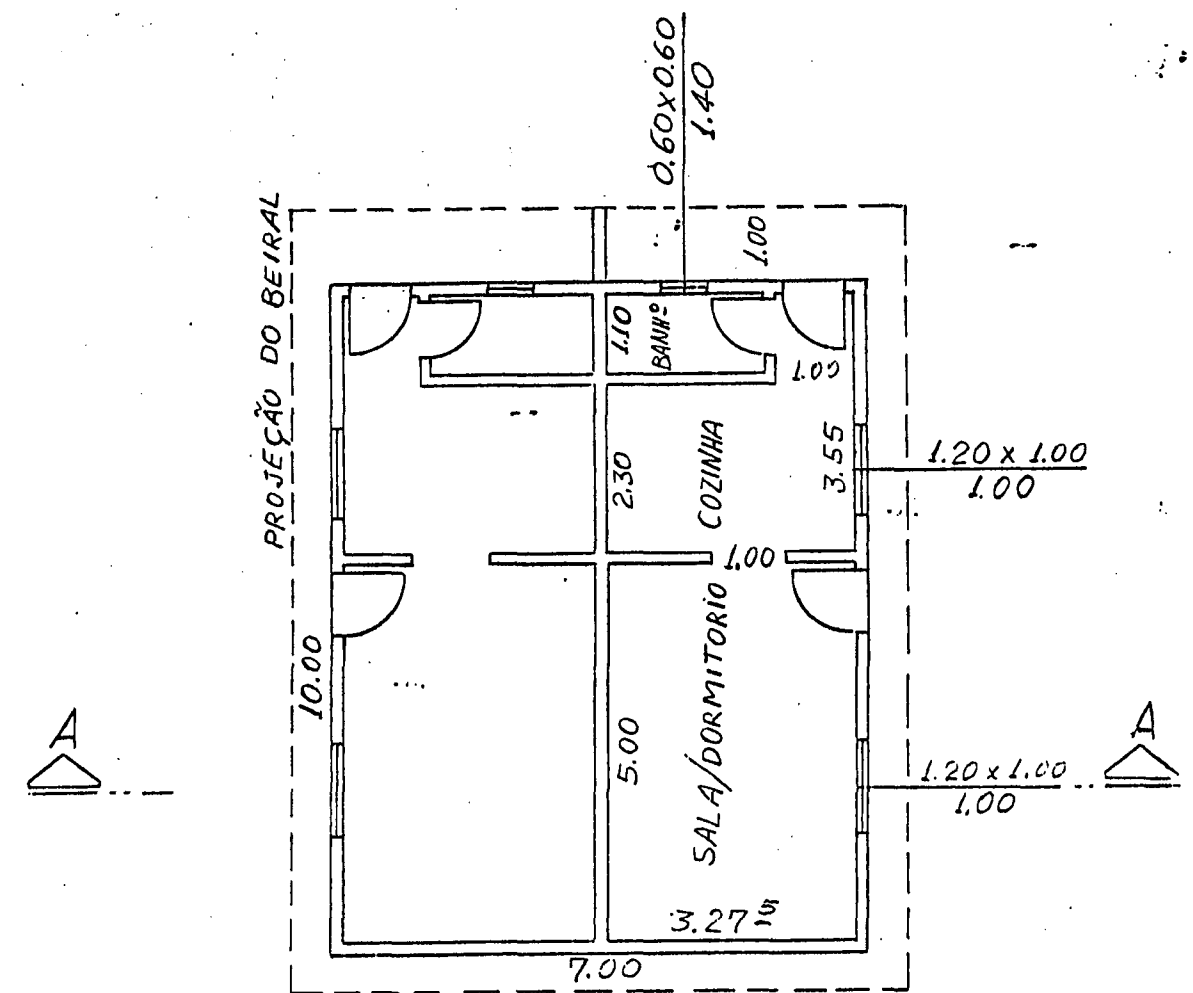
Itapevi,

CONCEDENTE
JOÃO CARLOS CAMEZ

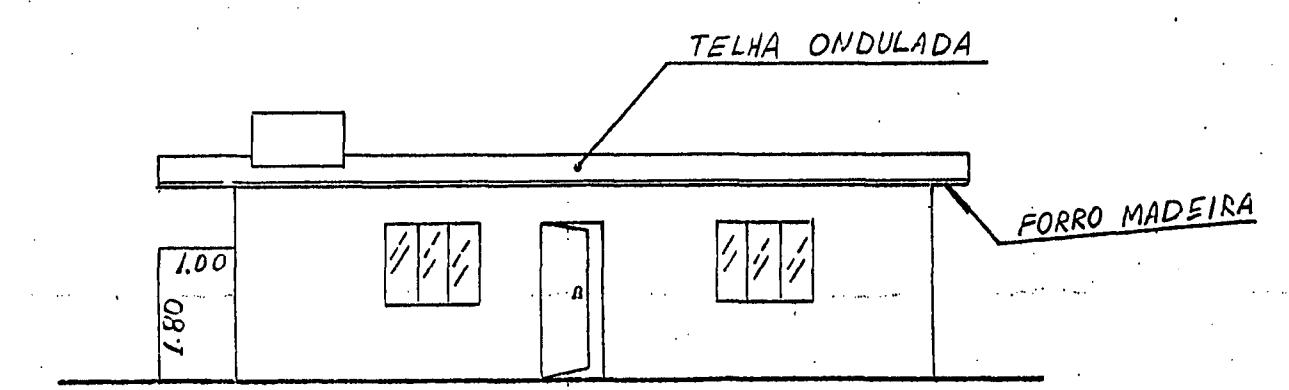
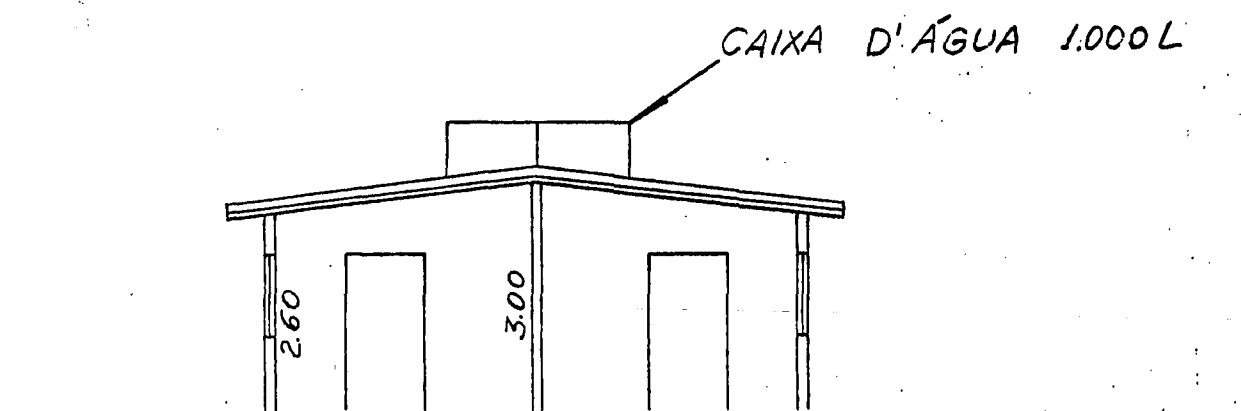
CONCESSIONÁRIO -

CONCESSIONÁRIO -

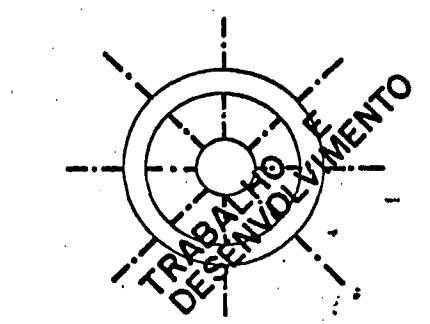
Testemunhas:



PLANTA BAIXA
ESCALA: 1:100



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI



ASSUNTO: PROJETO PADRÃO - EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL POPULAR

LOCAL: RUA 1

BAIRRO: COHAB - SETOR "A"

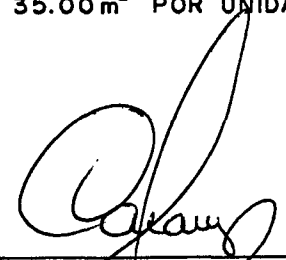
OBJETO: PLANTA BAIXA, CORTE E FACHADA.


TRECHO: ENTRE RUA 3 E RUA 30

ÁREA: CONSTRUÇÃO = 35.00m² POR UNIDADE

ESCALA: 1 : 100

SECRETARIA DE OBRAS


PREFEITO JOÃO C. CARAMEZ
Prefeito Municipal


SECRETARIO Selma Gomes Caselro
Arquiteta - CREA n.º 75.756/D
Secr. de Desenvolvimento Urbano

COD. SEC.	DATA	DES. Nº	TUBO	FOLHA	RESP. TECNICO	DESENHISTA
-----------	------	---------	------	-------	---------------	------------



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 E 02 AO PROJETO DE LEI Nº 042/96

Senhor Presidente:

Quanto ao aspecto legal, nada há que se
objetar.

Quanto ao mérito, a propositura visa autorizar
o Executivo a proceder a concessão de uso de lotes a pessoas necessitadas para
a construção de casas populares. Por esse motivo, deve o presente projeto ser
aprovado.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer
favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação
do Projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 20
de agosto de 1.996.

COMISSÃO 01

VALTER FRANCISCO ANTONIO

JOÃO FERREIRA DO MONTE

NORMA LUCIA RIBEIRO DE SOUZA

ANTONIO DE SOUZA FARIAS

BENEDITO VAZ FERREIRA

COMISSÃO 02

LAERTE CASAGRANDE

MARIA RUTH BANHOLZER

HERMOGENEZ JOSE SANT'ANNA

VITAL RONDIANO DOS REIS

JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

PARECER CONJUNTO DAS COMISSÕES 01 E 02 AO PROJETO DE LEI Nº 042/96

Senhor Presidente:

Quanto ao aspecto legal, nada há que se
objetar.

Quanto ao mérito, a propositura visa autorizar
o Executivo a proceder a concessão de uso de lotes a pessoas necessitadas para
a construção de casas populares. Por esse motivo, deve o presente projeto ser
aprovado.

Pelo exposto, concedemos o nosso parecer
favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação
do Projeto.

É o parecer.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 20
de agosto de 1.996.

COMISSÃO 01

VALTER FRANCISCO ANTONIO

JOÃO FERREIRA DO MONTE

NORMA LUCIA RIBEIRO DE SOUZA

ANTONIO DE SOUZA FARIAS

BENEDITO VAL FERREIRA

COMISSÃO 02

LAERTE CASAGRANDE

MARIA RUTH BANHOLZER

HERMOGENEZ JOSE SANT'ANNA

VITAL PONCIANO DOS REIS

JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

AUTÓGRAFO N° 041/96

(Projeto de Lei n° 041/96 - DO EXECUTIVO)

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI**, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:

"Autoriza o Executivo a proceder a concessão gratuita de uso de lotes, nos casos que especifica"

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a dar em concessão gratuita de uso, independentemente de concorrência, para construção de moradias populares, área localizada no Setor "A" do Conjunto Habitacional de Itapevi, declarada de utilidade pública para essa finalidade através do Decreto n° 2.838, de 1º de março de 1995, alterado pelo Decreto n° 2.983, de 19 de agosto de 1996, cujo processo expropriatório, de n° 177/95, tramita perante a Vara Distrital de Itapevi, Comarca de Cotia, SP.

Artigo 2º - A área possui 188 lotes, com 130 m2 cada um, os quais encontram-se devidamente assinalados e descritos em levantamento planialtimétrico e Memoriais Descritivos, Anexos ao Decreto n° 2.838, de 1º de março de 1995.

Artigo 3º - A concessão gratuita de uso dos lotes será feita às famílias em comprovado estado de necessidade.

Parágrafo único - A comprovação da necessidade da área é condição essencial da concessão gratuita de uso e fica condicionada à Parecer favorável da Secretaria de Promoção Social do Município de Itapevi em processo específico, do qual constará relatório circunstanciado da situação sócio-econômica do interessado.

Artigo 4º - Será celebrado com cada concessionário, contrato administrativo de concessão gratuita de uso, cuja minuta faz parte integrante desta Lei, na forma do Anexo I.

Artigo 5º - Os concessionários obrigam-se a:

I - construir, na área concedida, a edificação de residência popular, para uso próprio e de seus familiares, de acordo com planta e memorial descritivo, anexo II à esta Lei, dentro de 12 meses, contados da data da assinatura do contrato de concessão;

II - iniciar as obras de construção, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do instrumento de concessão;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

RUA: BRASILIA DE ABREU ALVES, 200 - FONE: (011) 426-3651 - CEP 06650-000 - ITAPEVI - SÃO PAULO

III - zelar pela limpeza e conservação da área concedida, providenciando, às suas expensas, todas as obras e serviços de manutenção que se fizerem necessários;

IV - cuidar da área concedida, não permitindo que terceiros venham dela se apossar, bem como a dar conhecimento imediato ao Concedente de turbacão ou esbulho da posse que se verifique;

V - não ceder ou transferir a presente concessão;

VI - utilizar o imóvel, objeto da concessão, única e exclusivamente para fins residenciais;

VII - promover a edificação em alvenaria, sendo vedado qualquer outro tipo de construção.

Artigo 6º - A inobservância das condições que constam desta Lei e do instrumento de concessão, inclusive prazos, implicarão na perda imediata da concessão, ficando a mesma rescindida, independentemente de qualquer formalidade processual, em Juízo.

Parágrafo único - Havendo a rescisão de que trata o "caput" deste artigo, a área concedida e todas as construções e benfeitorias nela edificadas, mesmo que necessárias, voltarão ao patrimônio do Concessor, sem que assista ao concessionário, direito de retenção do imóvel e independentemente de pagamento ou indenização, seja a que título for.

Artigo 7º - Fica o Concedente e a Câmara Municipal com direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o cumprimento das obrigações contidas nesta Lei e no instrumento de concessão, não importando qualquer tolerância ou omissão de providências em renúncia de direito.

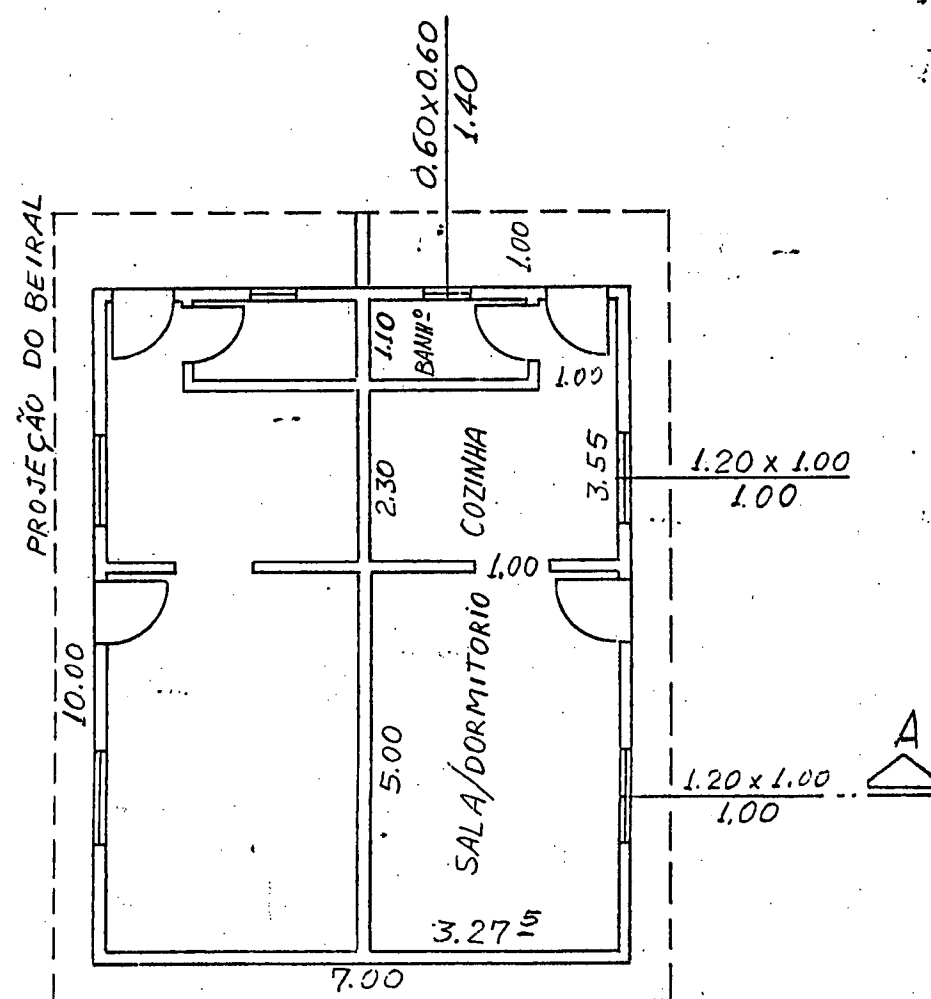
Artigo 8º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

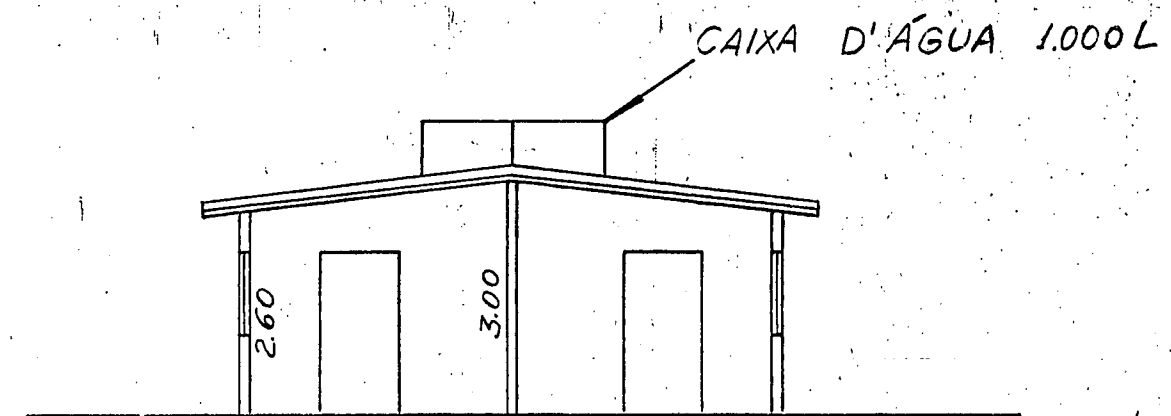
de agosto de 1996.


JADIR FRANCISCO DE SOUZA
Presidente

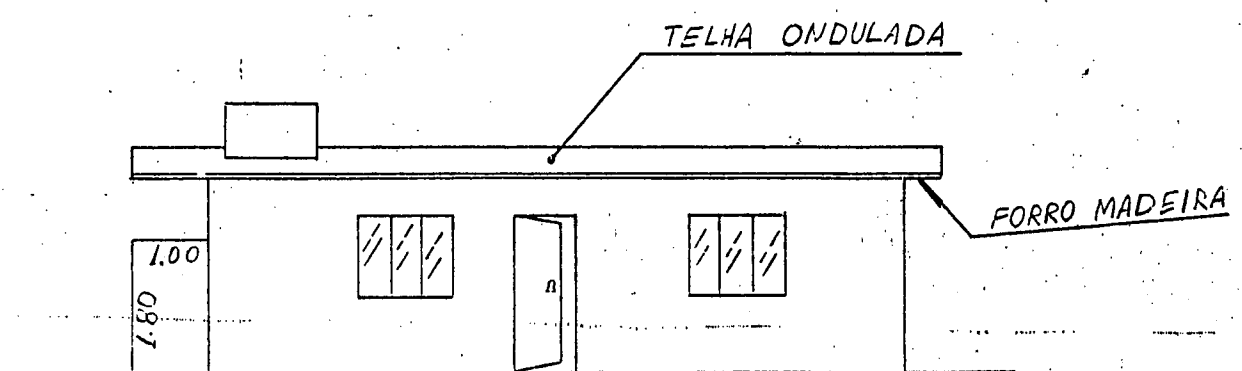

SÉRGIO MONTANHEIRO
1º Secretário



PLANTA BAIXA
ESCALA: 1:100

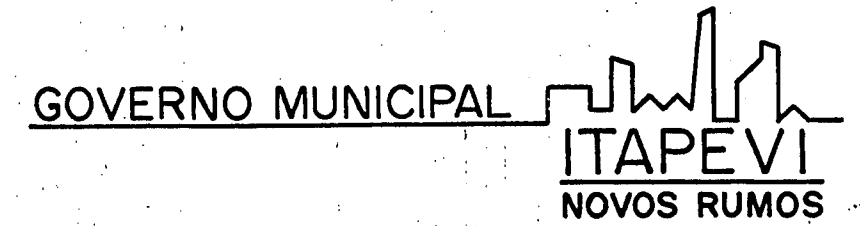
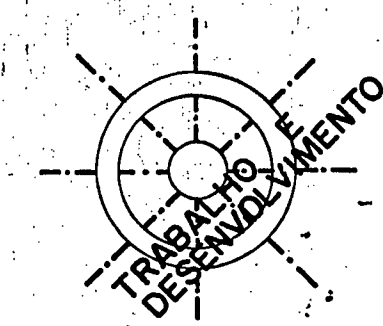


CORTE AA



FACHADA LATERAL ESQUERDA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEVI



ASSUNTO: PROJETO PADRÃO - EDIFICAÇÃO RESIDENCIAL POPULAR

LOCAL: RUA 1

BAIRRO: COHAB - SETOR "A"

OBJETO: PLANTA BAIXA, CORTE E FACHADA.

TRECHO: ENTRE RUA 3 E RUA 30

ÁREA: CONSTRUÇÃO = 35.00m² POR UNIDADE

ESCALA: 1 : 100

SECRETARIA DE OBRAS

PREFEITO **JOÃO C. CARAMEZ**
Prefeito Municipal

SECRETARIO **Selma Gomes Caserio**
Arquiteta - CREA n.º 75.756/D
Secr. de Desenvolvimento Urbano

CÓD. SEC.	DATA	DES. Nº	TUBO	FOLHA	RESP. TÉCNICO	DESENHISTA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.336, DE 27 DE AGOSTO DE 1996

(Autoriza o Executivo a proceder a concessão gratuita de uso de lotes, nos casos que especifica)

JOÃO CARLOS CARAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Executivo autorizado a dar em concessão gratuita de uso, independentemente de concorrência, para construção de moradias populares, área localizada no Setor "A" do Conjunto Habitacional de Itapevi, declarada de utilidade pública para essa finalidade através do Decreto nº 2.838, de 1º de março de 1995, alterado pelo Decreto nº 2.983, de 19 de agosto de 1996, cujo processo expropriatório, de nº 177/95, tramita perante a Vara Distrital de Itapevi, Comarca de Cotia, SP.

Artigo 2º - A área possui 188 lotes, com 130 m2 cada um, os quais encontram-se devidamente assinalados e descritos em levantamento planialtimétrico e Memoriais Descritivos, Anexos ao Decreto nº 2.838, de 1º de março de 1995.

Artigo 3º - A concessão gratuita de uso dos lotes será feita às famílias em comprovado estado de necessidade.

Parágrafo único - A comprovação da necessidade da área é condição essencial da concessão gratuita de uso e fica condicionada à Parecer favorável da Secretaria de Promoção Social do Município de Itapevi em processo específico, do qual constará relatório circunstanciado da situação sócio-econômica do interessado.

Artigo 4º - Será celebrado com cada concessionário, contrato administrativo de concessão gratuita de uso, cuja minuta faz parte integrante desta Lei, na forma do Anexo I.

Artigo 5º - Os concessionários obrigam-se a:

I - construir, na área concedida, a edificação de residência popular, para uso próprio e de seus familiares, de acordo com planta e memorial descritivo, anexo II à esta Lei, dentro de 12 meses, contados da data da assinatura do contrato de concessão;

II - iniciar as obras de construção, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do instrumento de concessão;

III - zelar pela limpeza e conservação da área concedida, providenciando, às suas expensas, todas as obras e serviços de manutenção que se fizerem necessários;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

IV - cuidar da área concedida, não permitindo que terceiros venham dela se apossar, bem como a dar conhecimento imediato ao Concedente de turbacão ou esbulho da posse que se verifique;

V - não ceder ou transferir a presente concessão;

VI - utilizar o imóvel, objeto da concessão, única e exclusivamente para fins residenciais;

VII - promover a edificação em alvenaria, sendo vedado qualquer outro tipo de construção.

Artigo 6º - A inobservância das condições que constam desta Lei e do instrumento de concessão, inclusive prazos, implicarão na perda imediata da concessão, ficando a mesma rescindida, independentemente de qualquer formalidade processual, em Juízo.

Parágrafo único - Havendo a rescisão de que trata o "caput" deste artigo, a área concedida e todas as construções e benfeitorias nela edificadas, mesmo que necessárias, voltarão ao patrimônio do Concessor, sem que assista ao concessionário, direito de retenção do imóvel e independentemente de pagamento ou indenização, seja a que título for.

Artigo 7º - Fica o Concedente e a Câmara Municipal com direito de, a qualquer tempo, fiscalizar o cumprimento das obrigações contidas nesta Lei e no instrumento de concessão, não importando qualquer tolerância ou omissão de providências em renúncia de direito.

Artigo 8º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Artigo 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapevi, 27 de agosto de 1996

JOÃO CARLOS CARAMÉZ
Prefeito

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 27 de agosto de 1996.

ANTÔNIO FRANCISCO DE MELO
Secretário de Governo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE LOTE PARA FINS DE MORADIA

Pelo presente instrumento particular de Termo de Concessão de Direito Real de Uso de Lote para fins de Moradia, de um lado o **MUNICÍPIO DE ITAPEVI**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Joaquim Nunes, nº 65, Itapevi, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **JOÃO CARLOS CAMEZ**, doravante designado **CONCEDENTE**, e, de outro lado o Sr. _____ (nome e qualificação), doravante chamado(a) simplesmente **CONCESSIONÁRIO**, considerando que em virtude de chuvas torrenciais ocorridas no Município, inúmeras famílias que moravam em encostas, beira de rios, terrenos alagadiços ficaram desabrigadas, sendo seus moradores alojados temporariamente no Ginásio de Esportes Municipal, tendo tal fato levado o Município a declarar de utilidade pública, área localizada no Setor "A" do Conjunto Habitacional Itapevi, neste Município, através do Decreto nº 2838/95, alterado pelo Decreto nº 2.983/96; considerando, por fim, que em função disso, foi aprovada a Lei nº _____, autorizando o Executivo a dar a essas famílias, em concessão gratuita de uso, lotes para que neles construíssem residências, com fulcro no Decreto-lei nº 271, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do artigo 89 da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº _____, de ____ de _____ de 1996, as partes, tem entre si justo e contratado, conforme processo administrativo nº _____, o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O **Concedente**, dá em concessão de uso, ao **Concessionário**, a título gratuito, o lote com 130,00 m² (cento e trinta metros quadrados), designado como nº _____, localizado na Quadra _____, do Conjunto Habitacional Itapevi, neste Município de Itapevi, SP.

Parágrafo único - A concessão destina-se a fins construção de moradia, sendo expressamente vedada a mudança de sua destinação, sob pena de rescisão imediata deste ajuste.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO USO

É vedada a transferência do uso e gozo da unidade habitacional a terceiros, seja a que título for.

Parágrafo único - A presente concessão transfere-se por sucessão hereditária, se os herdeiros não possuírem renda suficiente para arcar com os custos de habitação, verificado através da Secretaria de Promoção Social do **Concedente**.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCESSIONÁRIO

O **Concessionário** obriga-se a:

a) construir na área concedida, a edificação de residência popular, para uso próprio e de seus familiares, de acordo com Planta anexa, dentro de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura deste instrumento;

b) iniciar as obras de construção, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura deste instrumento;

c) zelar pela limpeza e conservação da área concedida, providenciando, às suas expensas, todas as obras e serviços de manutenção, segurança e habitabilidade que se fizerem necessárias;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

d) dar conhecimento imediato ao **Concedente**, de qualquer turbacão ou esbulho da posse que se verifique;

e) arcar com todas as despesas de fornecimento de água, energia elétrica e esgotos;

f) não ceder ou transferir a presente concessão;

g) utilizar o imóvel, objeto da concessão, única e exclusivamente para fins residenciais;

h) promover a edificação em alvenaria, sendo vedado qualquer outro tipo de construção

CLÁUSULA QUARTA - DOS TRIBUTOS

O **Concessionário** é responsável pelo pagamento dos tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel objeto deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

O descumprimento, por parte do **Concessionário**, de qualquer cláusula deste Termo, inclusive prazos, ou das condições impostas pela Lei Municipal nº _____, implicará na imediata rescisão da concessão, sem que lhe caiba direito de retenção ou indenização, seja a que título for.

Parágrafo único - Havendo rescisão de que trata esta Cláusula, o lote concedido e todas as construções e benfeitorias nele edificadas, mesmo que necessárias, voltarão ao Patrimônio do Concedente, sem que assista ao Concessionário, direito de retenção do imóvel e independentemente de pagamento ou indenização, seja a que título for.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

A **Câmara Municipal e a Concedente**, através da Secretaria de Promoção Social, podem, a qualquer tempo, vistoriar as condições de uso da unidade habitacional.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Cotia, Estado de São Paulo, através de sua Vara Distrital de Itapevi, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente Termo de Concessão de Direito Real de Uso, em duas vias, de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Itapevi,

CONCEDENTE
JOÃO CARLOS CAMEZ

CONCESSIONÁRIO -

CONCESSIONÁRIO -

Testemunhas: